

FORÇA, FÉ E RESISTÊNCIA: UM EXEMPLO DA MULHER CAMPONESA GOIANA

Data de aceite: 01/07/2024

Roberta Steward

Mestranda do TECCER da Universidade Estadual de Goiás - UEG

Maria Idelma Vieira da D'Abadia

Pós - Doutora e Discente do TECCER da Universidade Estadual de Goiás - UEG

RESUMO: Este artigo tem por objetivo demonstrar como vivem e lutam as mulheres camponesas no interior de Goiás, sendo elas que participam ativamente dos movimentos sociais, bem como se destacam como protagonistas em um sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desse modo procuramos compreender a contribuição da mulher para além de suas conquistas nas políticas públicas para o campo e na sua atuação nas roças, mas apontando o seu desempenho e sua atuação dentro do sindicato como presidente a frente de homens e mulheres lavradores. Também, constituiu-se objetivo de pesquisa investigar a resistência da mulher camponesa goiana, dentro do sindicato rural como liderança política e sua importância para o grupo de lavradores que fazem parte daquele sindicato. Apesar de já existirem estudos sobre esse assunto, ainda há muito a ser informado e discutido

no âmbito dos trabalhadores rurais que são essenciais para economia agrícola do município de Petrolina-Goiás

PALAVRAS-CHAVE: lutas, movimentos sociais, mulheres camponesas, sindicato.

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how peasant women live and fight in the interior of Goiás, as they actively participate in social movements, as well as stand out as protagonists in a union of rural workers. In this way, we seek to understand the contribution of women beyond their achievements in public policies for the countryside and their work in the fields, but pointing out their performance and their role within the union as president at the head of men and women farmers. Also, the research objective was to investigate the resistance of peasant women from Goiás, within the rural union as political leadership and its importance for the group of farmers who are part of that union. Although there are already studies on this subject, there is still a lot to be informed and discussed in the context of rural workers who are essential for the agricultural economy of the municipality of Petrolina-Goiás.

KEYWORDS: struggles, social movements, peasant women, unions.

INTRODUÇÃO

O patriarcado com que a mulher campesina brasileira conviveu por séculos a deixou numa situação de invisibilidade em relação ao poder público e as políticas públicas, contudo, essa luta árdua por direitos dentro das questões agrárias fez com que a mulher campesina resistisse a essa opressão e vem lutando por dignidade e por reconhecimento de seus direitos.

A compreensão é de que as determinações classistas da sociedade brasileira se fundiram com o patriarcado e o racismo de gênero, aperfeiçoando e alargando as relações de opressão sobre alguns grupos humanos, sobretudo, o das mulheres.

O modo de capitalista de produção não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de interiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

O contexto geral dessa pesquisa se refere ao sindicato rural, do município goiano de Petrolina, e as mulheres como representantes sindicais. Estes sindicatos de classes são os protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais seja por meio de defender os interesses individuais dos seus representantes assim como os coletivos de toda a categoria.

Tendo como objetivo dessa pesquisa o protagonismo da mulher campesina, na atuação como líder sindical, rompendo, barreiras, atingindo um fortalecimento junto ao poder público através políticas públicas alcançadas, por longos anos de lutas dessas cidadãs tão essenciais para o proletariado brasileiro.

As identidades camponesas aqui narradas entendem muitas vezes por diaspóricas, pois são recortes espaciais, para ajuntar outra, na qual a vivência e a experiência são passadas como herança, ou como referência a um passado comum, no caso dessa identidade revela a mistura de matrizes raciais, étnicas, culturais e espaciais.

A trabalhadora rural reconhece e se ressignifica através da identidade, de seus ancestrais, da memória coletiva, que vai passando por gerações, permite a sua unificação por referências comum, que são construídas e operantes no próprio cotidiano.

Todavia no município goiano de Petrolina, as mulheres como representantes sindicais de classes são as protagonistas de inúmeras conquistas e transformações sociais seja por meio de defender os interesses individuais dos seus representantes assim como os coletivos de toda a categoria, destaca-se a conscientização como sujeito detentoras da sua própria vida, vemos o que fala o empoderamento feminino:

“O empoderamento feminino depende de diversos fatores, como o ambiente em que as mulheres estão inseridas, o trabalho que realizam e a consciência interna de querer se empoderar, de forma que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua vida, entendendo que são importantes e possuem significado. Tais fatores proporcionam autonomia, autoestima e poder de mudança (MERLINO; MENDONÇA, 2011)”

Desse modo as mulheres despontam no ambiente de trabalho, rompendo os padrões vigentes, e se destacando de forma arrojada como empreendedoras rurais, apreciando os saberes partilhados através de gerações, ajustando as mudanças que se fizeram necessárias, confrontando com algo novo.

METODOLOGIA

A marcha das margaridas veio reverberar a força da mulher campesina, principalmente aquela que trabalha na agricultura familiar, pois até então as trabalhadoras rurais eram marginalizadas e a resistência por meio de lutas de seus direitos veio alavancar esse movimento social tão essencial gerando a força desse gênero, Cartilha das Margaridas (2019).

Logo a manifestação envolveu trabalhadoras rurais, que se expressam numa aparição pública, buscando uma maior visibilidade às questões dessas mulheres, estabelecendo diálogos e negociação com o Estado para romper com vários paradigmas que até então não haviam sido reconhecidos. Vejamos o que o autor Aguiar (2016), vai narrar em seu livro sobre esse movimento campesino:

Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. Sem abrir mão de reivindicações históricas dos movimentos de mulheres rurais, elas passaram a pautar novas questões e ampliaram, assim, o campo de temas e problemas que adentra o universo das relações sociais. (AGUIAR, 2016, p.283)

Porém, é possível asseverar que, realizada uma análise do papel que as mulheres desenvolvem dentro das diferentes produções no campo e nas relações com o meio urbano, pois a relevância das lutas e dos incentivos que podem ser aplicados para que ocorra uma maior igualdade de gênero dentro do campo, para que se evidencie a crucial importância do papel feminino para a continuidade da agricultura familiar.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa optamos pelo método qualitativo, no qual “a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (MARTINS, 20, p. 292).

Nessa perspectiva os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa estão relacionados aos micros processos ocorridos na organização sindical e seu alcance

as trabalhadoras e trabalhadores relacionados ao mesmo, naquele município. os que contribuam para uma melhor compreensão sobre uma pesquisa de fonte explicativa por meio de um estudo de coleta e avaliação de dados, com uma prática de investigação, explanando os agentes e expressões sobre o assunto. Nesse caso as técnicas aplicadas foram: observação participante, registros fotográficos, vídeos, depoimento das trabalhadoras rurais, diário de campo, ponderes bibliográficos comparativos, revisão de literatura.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade civil tem demonstrado que as mulheres são contingente principal dentre aqueles que se mobilizam para a luta por questões coletivas, no âmbito público, conforme salienta a autora Maria da Gloria Gohn:

Observa-se na América Latina uma rearticulação de lutas e movimentos sociais que se opõem ao modelo econômico vigente e a situação de desemprego e miséria que as políticas neoliberais têm gerado nas últimas décadas. E são as mulheres as grandes atrizes que tem realizado esta junção – causas estruturais/ econômicas e causas específicas vividas pelas mulheres. As mulheres estão colocando os movimentos sociais novamente em cena, reivindicando, entretanto, sua visibilidade. (Gohn, 2013, p.96/97).

A questão do gênero e outra vertente do campesino, que através de longos anos de luta vem ter outros desdobramentos pois a mulher campesina se destaca através de políticas públicas essenciais para a subsistência delas que vive em regime de agricultura familiar.

Ser mulher é romper com a lógica de produção capitalista no contexto rural. A mulher campesina vem atravessando constantes lutas e resistências seus direitos são reconhecidos através do sistema de “contra gotas”, pelo Estado Brasileiro. Suas lutas diárias na agricultura familiar vêm tendo notoriedade a partir da década de 1980, quando os sindicatos tiveram mais força, e a ditadura militar no país acabou.

Porém, foi a partir da organização do movimento de mulheres que se deu notoriedade à seriedade desses corpos femininos adentro da agricultura familiar e da agroecologia, evidenciando que serem as mulheres as grandes responsáveis por romper com o nexo de produção capitalista no contexto rural.

As conquistas aqui abarcadas nos movimentos sociais estabelecem com um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo no Brasil pois foram a base de muitas ações coletivas no Brasil a partir da década de 1970, sendo que muitos desses movimentos geram solidariedade social e coesão, eles impulsionam as pessoas sem embolsarem nenhuma renda, ou seja mobilizam ideias e valores geram os saberes e aprendizado coletivo.

Mas foi a partir da década 1990 que os movimentos sociais rurais impulsionaram e foram tomando uma forma como o Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil ou MST, mais conhecido e afamado dos movimentos, e tem como principal objetivo de luta pela realização da reforma agrária e a democratização ao acesso à terra no Brasil, tem ainda como referência a luta por mudanças sociais no país, a defesa dos direitos humanos e o exemplo de solidariedade com seus participantes.

Na Constituição Federal/88 está reconhecido o direito a terra e a sua função social, no artigo 184 e seguintes compreende a estrutura fundiária brasileira como injusta, então vejamos o que preceitua o referido artigo caput:

Art. 184 Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano da sua emissão, e cuja utilização será definida por lei.

Entende-se que há uma grande quantidade de propriedade rural no Brasil que é improdutivo e não cumpre a sua função social da terra, e a única saída é induzir seus proprietários, sob pena de sanção, a fazer a grande propriedade cumprir a sua função social. Entretanto, a dificuldade de interpretar os dispositivos constitucionais mencionados acima, apesar de grande, não é a única existente na tratativa do tema, contudo outras dificuldades existem e precisam ser superadas para o bem entendimento a respeito da matéria.

Desta feita a agricultura familiar vem conseguindo se reinventar através de políticas públicas de suma importância para o pequeno produtor rural, pois através de longos anos que o governo através do PRONAF e outros programas apoiou essa classe tão oprimida pelo capitalismo pelo agro negócio.

O PRONAF e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o governo federal criou através da Lei n. 11.949/2009, que incentivou o pequeno produtor rural melhora sua qualidade de vida e de suas famílias, evitando o êxodo rural, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, local, regional e nacional.

Significando que as ações para beneficiar a agricultura familiar e fortalecer a economia local ficou negligenciada por vários anos, deixando de promover a justiça social no campo, sendo uma classe de vital importância para a subsistência da população brasileira, pois boa parte dos alimentos vem da lavoura dos pequenos produtores rurais.

A luta de classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais perdura por vários anos, de construções espaciais, de fazeres da política, de projetos societários, com multiplicidade de linguagens e códigos:

“Os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientam, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade” (Ribeiro, 2005, p. 268).

Ademais a luta da mulher camponesa deve ser sempre ressignificada quando nos deparamos com mulheres que nunca estudaram, pois ainda há uma maioria principalmente da mulher analfabeta nunca teve acesso a escolas e seu labor sempre foi o braçal, sua lida sempre foi na roça, pois ela nunca teve outra oportunidade.

Trabalhadores rurais são agricultores em diversas lavouras, mas na maioria das vezes não possuem suas próprias terras, vivem migrando de uma localidade a outra, ou região agrícola, são boias frias, assalariados ou não, trabalhadores avulsos, acompanham o ciclo de terras produtivas das diversas culturas de plantio.

A agricultura familiar abarca uma série de posicionamentos, a maioria dos trabalhadores que vive da agricultura familiar, vem sofrendo várias evoluções, transformando e tomando novos sentidos para se adaptar ao novo modelo agrário vigente no país, Baudel reflete sobre isso:

“[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”. (BAUDEL WANDERLEY, 1999, p. 52)

Destarte, é possível concluir que o patriarcado há muito silencia as mulheres, mesmo elas ocupando papéis sociais relevantes, no contexto urbano, ou no rural, sendo que, só a partir da organização das mulheres rurais elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo, portanto, constante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O autor peruano Aníbal Quijano aduz que no capitalismo mundial há três interesses centrais que articulam entre si e que ordenam as relações de exploração/ dominação que são: trabalho, ‘raça’ e ‘gênero’. Logo, os processos de classificação social, imperiosamente se associam ou não ao procedimento de exploração que é heterogênea e descontínua (QUIJANO, 1992, p.120)

A questão da liderança política sindical, mesmo dentro de uma pequena sociedade rural, se destaca o sindicato rural, por ter ali se iniciado a vida de políticos na pequena cidade do interior goiano, o presidente que antecedeu a atual presidente deixou um legado para os seus.

O antigo presidente Job Alves Guimarães faleceu em março de 2021, e sua filha Lorrany Guimaraes já trabalhava há vários anos no sindicato com seu pai. Após sua morte deu continuidade aquele trabalho mesmo num momento crítico durante pandemia do Covid-19, rompeu as barreiras e deu continuidade ao trabalho que exercia com muito afinco.

Atualmente Lorrany Guimarães foi a primeira mulher eleita como presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina-GO. Ela não só

dá continuidade ao trabalho do pai, que foi vereador por dois mandatos, como também continua a organizar os eventos da entidade classista para seus afiliados.

Esses eventos são importantíssimos na continuidade da ação gerencial do sindicato, indicando a resistência e a persistência da mulher campesina goiana, por meio das ações de políticas públicas para os trabalhadores rurais; aposentadoria rural; minha casa no campo, com o cadastro de vários lavradores; rezas; terços; folia do Divino Pai Eterno, acontecimentos que estes afiliados já aguardam ansiosos para participarem.

As relações de vida e trabalho nas comunidades campesinas, suas redes de trocas nesses espaços, seus modos de vida, a cultura, o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar promove uma identificação e vivência com os rituais que, de certa forma, promove a identidade territorial desses sujeitos vinculados ao seu modo de vida.

Porém no mundo campesino, a divisão de trabalho entre homens e mulheres também é evidente devido a masculinização e a submissão cultural seguida no desenvolvimento dos moldes de domínio. De tal modo, a agrariedade torna-se um meio de luta e resistência das trabalhadoras rurais. Sendo que os movimentos autônomos, tanto locais como regionais, só vieram a ter fortalecimento a partir de 2004, quando um grupo de mulheres se uniram sob a sigla do MMC, que significa, Movimento de Mulheres Camponesas, surgindo daí as experiências e transformações concretas na vida das mulheres camponesas.

Nesse sentido, apesar do movimento lutar pelo reconhecimento de diversos direitos eficazes a uma vida digna, tais como: saúde, educação e direitos previdenciários, o primeiro pendão levantado pelo movimento foi, precisamente, a necessidade de reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Assim na Constituição Federal de 1988 ou mais conhecida como “Constituição Cidadã” no seu artigo 8º prevê que essas conquistas e lutas sociais vem com reivindicações e greves, que são fundamentais na democracia do direito social e econômico, da igualdade e da justiça.

Desse modo o que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes para as mulheres foram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, onde houve uma ruptura com o passado as mulheres do campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto que impacta o trabalho desenvolvido por lutas constantes para as mulheres foram o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, os quais possibilitou uma nova perspectiva de vida e labor.

Assim, as mulheres campesinas passaram a atuar de forma combativa na luta pelo reconhecimento de direitos, que até então eram negligenciados pelo poder público, a partir da organização das mulheres rurais elas foram reconhecidas como sujeitos de direitos, versando, contudo, de uma luta que não se encerra, sendo, portanto, constante.

No entanto os direitos adquiridos pelos movimentos de mulheres camponesas, como: filiação sindical, acesso a aposentadoria especial, e ainda emitir documentos pessoais, os quais muitas não tinham acesso, serem incluídas e beneficiadas em programas do governo federal como PRONAF, dentre outros.

Em suma as agricultoras necessitam de uma atenção especial, para que permaneçam no campo e devem ter polícias públicas essenciais, com conscientização sensibilidade e responsabilidade ambiental acordando a qualidade de vida no campo para aquela comunidade campesina.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilena Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**. Vol. 15. Edição Especial. Florianópolis, 2016.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **O Lugar dos Rurais: o meio rural no Brasil moderno**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 21. Mesa-Redonda, Caxambu: UFMG, 1997, p.1-12.

CARTILHA DAS MARGARIDAS 2019. **Margaridas na luta por um Brasil com sabedoria popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência**. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_350653567_24012019145732pdf. Acesso em:07/01/2024

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/pdf>

GOHN, Maria da Gloria. Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo/ 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARIAN, Marcia Gilmar; IZA, Oscar Benigno; KORZ, Camila; FISCHER, Jocimar. **Agricultura sustentável: favorecendo ambientes saudáveis e o empoderamento feminino**. Publicado em Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 4-25, maio/ago. 2019, DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-v18n22019-46405>. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/agricultura%20e%20o%20empreendedorismo%20feminino.pdf>. Acesso em:05/01/2024.

MERLINO, T; MENDONÇA, M. L. (org.). Direitos humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: https://www.social.org.br/DH_2011_ALTA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**. Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios outros mapas". In :**OSAL- Observatório Social de América Latina**: Ano VI, nº16 (janeiro-abril 2005), pg. 263-272.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. A mulher na Sociedade de Classes. **Mito e Realidade**. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013.